/artigos

O dispositivo de racialidade e o silenciamento da mulher negra: um problema filosófico

Maria Das Graças Pereira Ribeiro

https://orcid.org/0009-0007-0712-1920
Universidade Estadual da Paraíba
maria.gracas.ribeiro@aluno.uepb.edu.br

Tarciano Silva Batista

https://orcid.org/0000-0002-9419-9406
Universidade do Rio Grande do Norte
tarciiano2@gmail.com

Resumo: A obra Lugar de Fala (2017), da filósofa Djamila Ribeiro, explora como o feminismo negro reivindica a ocupação das mulheres em espaços de poder, sua importância política e seu protagonismo como forma de resistência contra a supremacia masculina, que é branca, patriarcal e machista. Isso levanta questões sobre o conceito e o silenciamento da mulher negra. Assim, nosso objetivo é abordar essa categoria como "o outro do outro", ou seja, pensar como a mulher negra é vista a partir de um lugar de existência social e política que não é reconhecido. Então, surge o nosso problema filosófico: será possível para a mulher negra ocupar um lugar digno de existência social e política? Nossa hipótese é que o sexismo e a violência de gênero atuam como mecanismos de poder que silenciam o corpo e a voz feminina, sendo necessário romper com o dispositivo racial que traz consigo a ideia de que a mulher deve ser vista a partir do homem branco e ocidental. Para isso, é crucial estabelecer conexões com o livro Insubmissas Lágrimas de Mulheres (2016), da escritora Conceição Evaristo, a fim de compreender as experiências compartilhadas por mulheres negras, e também dialogar com Sueli Carneiro em Dispositivos de Racialidade (2023), para entender os modos de construção da subjetividade da mulher negra em nosso país.

Palavras-Chave: feminismo negro, mulheres negras, dispositivos de racialidade.

Abstract: The work "Lugar de Fala" (2017), by philosopher Djamila Ribeiro, explores how black feminism claims for the occupation of women in positions of power, their political importance, and their protagonism as a form of resistance against white, patriarchal, and misogynistic supremacy. This raises questions about the concept and silencing of black women. Thus, our aim is to address this category as "the other of the other", in other words, to consider how black women are seen from a place of social and political existence that is not recognized. Our philosophical problem arises: is it possible for black women to occupy a dignified place of social and political existence? Our hypothesis is that sexism and gender violence act as mechanisms of power that silence the female body and voice, requiring breaking with the racial device that carries with it the idea that women should be seen from the perspective of the white, Western man. For this, it is crucial to establish connections with the book "Insubmissas Lágrimas de Mulheres" (2016), by writer Conceição Evaristo, in order to understand the shared experiences of black women, and also to engage in dialogue with Sueli Carneiro in "Dispositivos de Racialidade" (2023), to understand the ways in which the subjectivity of black women is constructed in our country.

Keywords: Brazilian philosophy; Brazilian decolonialism; Dependence; Philosophical Canon.

Introdução

O presente trabalho visa analisar como a mulher negra é percebida dentro de um contexto social e político muitas vezes não reconhecido. Uma de suas características centrais é a violência e o disciplinamento do corpo, o que resulta na negação de sua sociabilidade.

Desde o período colonial até o contexto do Brasil oitocentista e o mundo republicano, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, a mulher negra brasileira é moldada pelo trabalho servil e doméstico, além da escravização e sexualização de seus corpos por parte dos senhores e capatazes. Essa sexualização afeta significativamente a vida de inúmeras mulheres negras, sendo esta uma realidade compartilhada e fabricada sob a égide dos dispositivos de racialidade, que se valem do sexo e da raça para hipersexualizar o corpo negro. Dessa forma, buscamos compreender a abordagem da filósofa Djamila Ribeiro em sua obra *Lugar de Fala* (2017), na qual explora como o feminismo negro busca a ocupação de mulheres negras nos espaços de poder, destacando seus modos de resistência e protagonismo.

Ribeiro discute a categoria da mulher negra como "o outro do outro", ocupando um lugar inexistente de existência social e política, o que a torna invisível

e inaudível. Ela também ressalta a importância de nomear as violências de gênero, raça e classe para reivindicar políticas públicas mais eficazes que atendam às reais necessidades dessas mulheres.

Em consonância com esse debate, dialogamos com Conceição Evaristo em *Insubmissas Lágrimas de Mulheres* (2016), em qual ela expõe as violências sofridas por mulheres negras, ressaltando sua resistência como ato de coragem e força. Evaristo convida à reinvenção contra as violências do cotidiano por meio da experiência estético-literária. Além disso, a obra "Dispositivo de Racialidade: A Construção do Outro como Não Ser como Fundamento do Ser" (2023) da filósofa Sueli Carneiro contribui para nossa discussão ao destacar a construção dos modos de subjetivação da mulher negra, especialmente ao evidenciar a atuação do dispositivo de racialidade. Seu posicionamento é relevante para nossa hipótese sobre como o sexismo e a violência de gênero atuam como mecanismos de poder que silenciam o corpo e a voz feminina, havendo assim a real necessário de romper com o dispositivo racial que traz consigo a ideia de que a mulher deve ser vista a partir do homem branco e ocidental

O conceito de mulher e a mulher negra como o "outro do outro"

Ao observar a marcha da História Ocidental, percebemos que a mulher não está incluída no conceito de humano, uma vez que ela sempre foi alocada como algo não essencial à construção da identidade masculina, o que implica olhar para a construção das cidades, das civilizações, da política, da ciência, entre outros aspectos, e percebermos apenas o protagonismo masculino.

Em vistas de compreender essa relação a partir de um ponto de vista filosófico, devemos começar fazendo referência a filósofa de Simone de Beauvoir, para a qual é perceptível à aplicação da dialética, especialmente a relação do senhor com o escravo, à relação entre homem e mulher:

> Certas passagens da dialética com que Hegel define a relação do senhor com o escravo se aplicariam muito melhor à relação do homem com a

> mulher. O privilégio do senhor, diz, vem de que afirma o Espírito contra a Vida pelo fato de arriscar sua vida; mas, na realidade, o escravo vencido conheceu o mesmo risco, ao passo que a mulher é originalmente um existente que dá *a* Vida e não arrisca *sua* vida: entre ela e o macho nunca houve combate. A definição de Hegel aplica-se singularmente a ela. "A outra [consciência] é a consciência dependente para a qual a realidade essencial é a vida animal, isto é, o ser dado por uma entidade outra". Mas essa relação distingue-se da relação de opressão porque a mulher visa e reconhece, ela também, os valores que são concretamente atingidos pelo homem: ele é que abre o futuro para o qual ela transcende. Em verdade, as mulheres nunca opuseram valores femininos aos valores masculinos; foram os homens, desejosos de manter as prerrogativas masculinas, que inventaram essa divisão: pretenderam criar um campo de domínio feminino – reinado da vida, da imanência – tão somente para nele encerrar a mulher; mas é além de toda especificação sexual que o existente procura sua justificação no movimento de sua transcendência: a própria submissão da mulher é prova disso. O que elas reivindicam hoje é serem reconhecidas como existentes ao mesmo título que os homens e não de sujeitar a existência à vida, o homem à sua animalidade. (BEAUVOIR, 2009, p. 103 - 104).

Beauvoir argumenta que certos aspectos da dinâmica descrita por Hegel se encaixam melhor na relação entre homem e mulher do que na relação entre senhor e escravo. Essa hierarquização sustentada pela diferença de sexo, nos faz compreender a opressão sofrida pela mulher. Sobretudo, porque a mulher é vista apenas como um objeto de submissão ao personagem masculino, sendo assim uma relação de dominação do outro feminino pelo eu masculino. A reivindicação (e indignação) feminista se pauta na tentativa de romper com essa lógica opressora e de submissão, que impossibilita muitas mulheres a desenvolverem sua autonomia existencial.

É nessa tentativa de atrelar autonomia ao feminino que Beauvoir traz para a discussão a categoria de mulher, nunca pensada nessa máxima. O que a filósofa francesa quer demonstrar é como a forma mulher foi excluída do conceito universal de humano. Assim, vale indagar se nenhuma coletividade feminina se apresenta como uma, sem ao mesmo tempo colocar as outras. Haja visto que operar um conceito universal de mulher é repetir as exclusões das diferenças que o próprio conceito de homem vem produzindo. Algo observado na busca do homem por se

afirmar como essencial e próprio da formulação da consciência humana, a qual se esvai o outro feminino.

Dessa maneira, a forma mais apropriada e fundamental será considerar qualquer outra consciência como válida e necessária a constituição do humano. Pois assim o sujeito se apresenta numa medida não oposta ao outro e se constitui como essencialmente múltiplo, uma vez que todos os seres humanos são seres sociais e interagem em uma interdependente com o outro.

A mulher pensada como esse outro, um outro forjado sob a violência do eu masculino, se constitui com sua humanidade destituída e silenciada ao longa da historicidade. De tal maneira que Beauvoir destaca e reivindica o direito de todos os seres serem reconhecidos como existentes, para isso acontecer devemos romper com a tradicional universalidade do conceito de humano. Embora empreendamos essa reflexão acerca da mulher como o outro do homem, pensada sempre através dele, pelo olhar dele, é importante compreender que essa categoria de mulher destina-se principalmente às mulheres brancas.

Em vistas disso, outra prerrogativa importante para a caracterização do ser mulher é a negritude. Se a mulher branca ocupa o lugar de outro na relação com o homem, a mulher negra ocupa um terceiro lugar, ou seja, um "outro do outro". Em outras palavras, ela ocupa um lugar de não existência, principalmente social e política. Desse modo, no discurso de gênero entra a mulher branca, enquanto no discurso de raça entra o homem negro. Isso evidencia o silenciamento da mulher negra e sua deslegitimação, principalmente na produção intelectual.

Por sua vez, Grada Kilomba - em seu livro *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano* (2019), traz à tona a relação entre o racismo e o sexismo, mostrando como o racismo está diretamente ligado às ideologias e de que forma se relaciona com elas. No capítulo quatro de sua obra, a autora evidencia o racismo generalizado, dando uma nova roupagem ao lugar ocupado pela mulher negra na sociedade. Ela mostra que o impacto da opressão de raça e gênero que engloba mulheres negras e

racializadas se constitui de formas únicas, pois essas opressões são estruturadas a partir de percepções racistas dos papéis de gênero.

Desse modo, é importante ressaltar que no debate contemporâneo há uma tentativa de separar raça e gênero como opressões distintas, porém elas estão interligadas na construção da sociedade. Na tentativa da branquitude de comparar as opressões de raça e gênero sem nomear a branquitude como algo fundamental nessa discussão, acabam por invisibilizar a mulher negra, colocando-a como o "outro do outro". Ela sofre ambas as opressões, tanto de raça quanto de gênero, o que a faz ocupar um terceiro lugar na sociedade, um lugar de não existência social, política e filosófica.

O feminismo negro apresenta a categoria mulher negra, como critica aquela concepção que não a define em si mesma, mas através do olhar do homem. Vale ressaltar que as mulheres são marcadas como um sexo inferior e frágil, agindo por dever e submissão ao homem. E, nesse sentido, temos que:

> A filósofa francesa Simone de Beauvoir nos dá uma perspectiva interessante ao cunhar a categoria do Outro, em O segundo sexo, de 1949, tomando como ponto de partida a dialética do senhor e do escravo de Hegel. Segundo o diagnóstico de Beauvoir, a relação que os homens mantêm com as mulheres seria esta: da submissão e dominação, pois estariam enredadas na má-fé dos homens que as veem e as querem como um objeto. A intelectual francesa mostra, em seu percurso filosófico sobre a categoria de gênero, que a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem. Olhar este que a confina a um papel de submissão que comporta significações hierarquizadas. Sob essa perspectiva, a filósofa funda a categoria do Outro beauvoiriano, explicando que essa categoria é tão antiga e comum que, segundo seu estudo, nas mais antigas mitologias e sociedades primitivas já se encontrava presente uma dualidade: a do Mesmo e a do Outro. (RIBEIRO, 2017, p.38 - 39).

Nesta perspectiva, entendemos o porquê de os homens sempre tentarem subjugar as mulheres, ademais, como estamos percebendo, essa coisificação das mulheres tem a função de desumanizar-las e colocá-las como objetos e serviçais. De tal modo que “se para Simone de Beauvoir, a mulher é o Outro por não ter reciprocidade do olhar do homem, para Grada Kilomba a mulher negra é o Outro

do Outro, posição que a coloca num local de mais difícil reciprocidade". (RIBEIRO, 2017, p.40).

Visto isso, o gênero torna-se uma questão filosófica que implica pensar as relações que envolvem as problematizações sobre o humano. Conforme nos apresenta Beauvoir, a mulher é secundária, o que a torna incapaz de ser pensada isoladamente, pois sempre se encontra na dependência do homem e em relação a ele, enquanto o homem representa a neutralidade e a superioridade humana.

Nessa perspectiva, essa neutralidade em relação ao homem, o que implica na relação do eu e do outro, é essencial para a existência humana do outro feminino. Uma vez que o eu é constituído na relação com o outro, compreendemos que quem é capaz de se constituir enquanto sujeito e a quem será delegado o papel do outro na relação é sempre o homem. À mulher, resta exercer o papel do outro, ao homem a possibilidade de se constituir sujeito e se afirmar perante a sociedade. Nessa relação de constituição do sujeito masculino, temos a secularização da mulher.

Então, como pensar o conceito de humano? Sendo este restrito à masculinidade, excluindo o outro feminino? A exclusão do outro feminino na definição do conceito de humano leva a uma visão parcial e limitada da humanidade. Ao restringir o conceito apenas à masculinidade, ignora-se completamente a experiência e a contribuição das mulheres para a sociedade e para a compreensão da humanidade como um todo. Portanto, dentro do pensar filosófico, é essencial reconhecer e integrar as diversas perspectivas e vivências, tanto masculinas quanto femininas, na construção desse entendimento. Isso implica em reconhecer a importância da igualdade de gênero e da valorização da diversidade na formação de uma concepção mais ampla e verdadeira do que significa ser humano.

O dispositivo de racialidade e o silenciamento da mulher negra

Desde os primórdios da modernidade, nossa existência social tem sido moldada por organizações estatais que exercem um forte condicionamento sobre

nós. Ao longo dos tempos, fomos ensinados a depender dessas estruturas e a acreditar que o direito estará sempre do nosso lado quando necessário, afinal, desde o momento do nascimento até o inevitável desfecho da vida, somos tutelados pelo Estado. No entanto, mesmo resignados ao nosso destino, enfrentamos uma jornada árdua, marcada por uma existência negada, onde nossos caminhos são obscurecidos por um olhar opressor que mina qualquer possibilidade de construção de uma convivência coletiva digna.

Nesse sentido, a pensadora Sueli Carneiro contribui de modo significativo para o entendimento dessa trágica realidade social negra e feminina, sobretudo quando debate a questão da biopolítica com o filósofo Michel Foucault (1926 - 1984)[1]. Entende-se biopolítica como a gestão e administração da vida humana, a qual tem a figura do soberano como principal responsável pelo poder de "fazer morrer e deixar viver" e o biopoder como aquele que se constitui de modo a "fazer viver e deixar morrer".

Nesse ponto, concordamos que a seção final de *História da Sexualidade I: A vontade de saber* (1976), a qual pode ser vista como marco teórico geral e que inscreve a análise do dispositivo da sexualidade e sua oposição, termo a termo, ao dispositivo de aliança com incisão em grande medida jurídica. Uma vez que Foucault faz referência ao poder soberano em sua forma antiga absoluta (*a potestas do pater familias*) e moderna limitada. Mas em ambos os casos, sustenta que se trata de um poder assimétrico, de fazer morrer ou deixar viver que se aplica à vida em relação aos domínios do direito[2].

Visto isso, no final do século XVIII começou a instaurar-se essa forma de poder que se exerce diretamente sobre a vida. Nessa perspectiva, a filósofa brasileira

[1] O conceito de biopolítica surgiu, pela primeira vez em sua palestra proferida no Rio de Janeiro, intitulada *O Nascimento da Medicina Social* (1982). Contudo, foi só com a publicação de *A Vontade de Saber* (1976) e, depois, com os cursos ministrados no Collège de France, intitulados *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976), *Segurança, Território e População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), que Foucault deu a importância e a amplitude que esse conceito merece.

[2] Cf. Foucault, 1976, p. 178.

complementa o olhar foucaultiano com a questão da raça, como uma problemática análoga ao sexo, argumentando que:

> Entendo que onde não há para o biopoder interesse de disciplinar, subordinar ou eleger o segmento da relação de poder construída pela racialidade, ele passa a atuar como estratégia de eliminação do Outro indesejável. O biopoder aciona o dispositivo de racialidade para determinar quem deve morrer e quem deve viver. (CARNEIRO, 2023, p. 65).

Para a autora, o dispositivo que forja nossa existência tem como função principal moldar às necessidades disciplinares sobre o corpo humano. Isso corresponde a uma função estratégica dominante e soberana, ou seja, do homem soberano branco e ocidental, detentor do direito de fazer morrer e decidir quem deve viver.

Nessa perspectiva, Carneiro nos possibilita compreender a heterogeneidade das práticas que o racismo e a discriminação racial estabeleceram na sociedade brasileira. Assim, ela enfatiza um novo campo de racialidade para o entendimento das relações de poder, haja vista que todo dispositivo é sempre um dispositivo de poder, das práticas hegemônicas e dos saberes que se articulam soberanos. Dessa maneira, um dispositivo se configura como aquele que introduz uma divisão política e que tem suas decorrências no campo ontológico, pois habilita sujeitos através da descrição de discursos sobre o outro não-ser historicamente marginalizado. Nas palavras de autora, é possível observar que:

> Para meus objetivos aqui, interessa sobretudo sublinhar que ao instituir um novo campo de racionalidade em que relações de poder, práticas e saberes se articulam, um dispositivo instaura uma divisão que tem efeitos ontológicos, constituindo sujeitos através da enunciação sobre o Outro. (CARNEIRO, 2023, p.28)

Todavia, o dispositivo instituiu e institui, ontologicamente, uma prática divisora e opressiva, o que estabelece uma unidade em que o núcleo está alojado em

uma identidade padronizada que, fora disso, não chega a se constituir enquanto sujeito digno de uma existência reconhecida e valorizada socialmente[3].

Então, seguindo essa lógica, o ser se faz pela sua diferença em relação ao outro, aquele (o ser) é construído para evidenciar a dinâmica negativa desse (não ser) que não chega a se constituir como ser. Portanto o outro (historicamente excluído) que é instituído pelo dispositivo mostra-se de forma estática e se contrapõe à variação que é assegurada ao ser, ou seja, essa dinâmica formada pelo dispositivo de poder é definida pelo dinamismo do ser em contraposição ao imobilismo do outro.

Para compreendemos melhor, o dispositivo de racialidade ganha uma dimensão outra em relação ao dispositivo de sexualidade, pois agora a cor da pele adquire um novo estatuto. Nesse sentido, Carneiro demarca a importância de fazer uma análise focando no domínio da racialidade, investigando assim os atributos supostamente essenciais do eu hegemônico branco e, portanto, do ser que se fez presente ao longo da História da humanidade no contexto ocidental, sobretudo a partir da modernidade.

Esse "eu" é dotado de razoabilidade porque produziu o louco; é dotado de normalidade porque produziu o anormal; e de vitalidade porque inscreveu o outro no signo da morte. Sendo a assim, a autora propõe completar a visão de Foucault, visto que esse eu, ao se encontrar com a racialidade ou etnicidade, adquire uma superioridade pela produção do inferior, através de um agenciamento que essa superioridade fábrica sobre a razoabilidade, a normalidade e a vitalidade. Valer ressaltar que o dispositivo de racialidade produz uma dualidade entre positivo e negativo, trazendo na cor da pele branca o fator de identificação do normal e da positividade.

[3] Segundo Roberto Machado (1942 - 2021), na introdução do livro *A microfísica do poder* "o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E funciona como uma maquinaria como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação" (Machado, 2012, p.18). Nesse sentido, toda luta é sempre uma resistência dentro da própria rede do poder, teia que se espalha por toda a nossa sociedade brasileira e a que nenhuma mulher negra e periférica pode escapar, uma vez que o poder está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força.

Esse dispositivo de racialidade, ao delimitar a humanidade como sinônimo de brancura, redefine as dimensões humanas fazendo com que, seja hierarquizada em conformidade com a proximidade ou o distanciamento desse padrão. Sendo o branco o padrão aceitável e instituído para todos como o belo estético desejável, o que influenciou a forma de sexualidade em vigência (2023, p.28).

Citando o contrato racial do filósofo Charles Mills, Sueli destaca que é nesse contrato racial que é possível perceber a estrutura do dispositivo de racialidade. Nesse sentido, a pensadora destaca a necessidade de fazer uma abordagem teórica que desafie a filosofia política tradicional e incorpore as questões de raça e racismo. Pois existe um sistema político, nomeado pelos teóricos que voltam a sua atenção para a democracia ocidental, o liberalismo, o governo representativo e assim omite o que não é ocidental (2023, p.31).

O dispositivo de racialidade, se articula junto com o biopoder sendo por ele usado como um instrumento, que tem a função a subalternização dos seres humanos. Segundo a raça, essa dimensão que o dispositivo de racialidade ganha, está atrelada ao fato de que na biopolítica de gênero e de raça sistematizam a produção de efeitos específicos. Nessa perspectiva, o gênero feminino, destaca-se a partir das tecnologias de controle sobre a reprodução. Esse poder sobre o corpo da mulher se mostra nos controles dos corpos negros e de sua existência.

O biopoder foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo ocidental, o qual definiu corpos e parcelas da população que contribuíram para a sustentação desse desenvolvimento. Para então a realizações das funções e das demandas do capital, foi necessário a produção dos corpos doceis, contudo Carneiro expõe que o biopoder não para pôr aí, ele conta com hostilidade e o desprezo social em relação a um grupo social, ou seja, essa hostilidade e desprezo tem a função de expor o outro não branco a morte.

O biopoder tem interesse de disciplinar, subordinar e eleger parte da população subalternizada e das relações de poder que são originalizadas pela racialidade, assim como executar uma estratégia de eliminar o outro indesejável.

Sendo assim o biopoder utiliza o dispositivo de racialidade para determinar quem merece viver e quem deve morrer (2023, p.63).

Em vistas disso, podemos destacar o silenciamento de mulheres negras como uma consequência da utilização do dispositivo de racialidade pelo biopoder. Esse silenciamento funciona como uma forma de desumanização, pois durante muito tempo a desumanização do povo negro funcionou e funciona como uma forma de deslegitimação de seus feitos, sobretudo em relação as mulheres negras, que na sociedade brasileira tem o seu espaço negado e quando tem um pouco desse espaço é hostilizada constantemente.

Ao empregarmos o questionamento sobre a reivindicação do direito a existência, devemos questionar o ser mulher, pois as mulheres negras não possuem o direito de ser mulher, uma vez que devemos discutir sobre quais bases estão firmadas na universalização do termo mulher, dado que, nesse ser mulher não está atrelada a sua genitália, mas um vir a ser, ou um torna-se. Pensando nisso traçaremos uma discussão de cunho epistêmico, com a finalidade de nos aprofundarmos em relação ao "ser mulher".

Podemos evidenciar que, embora o cenário hoje seja diferente, é importante destacar através do questionamento sobre o "ser mulher" a discussão acerca de quem tem o direito de ser e a quem a sociedade permite se tornar. Em certo momento, ser mulher era um privilégio reservado apenas às mulheres brancas, já que as mulheres negras sequer tinham o direito de expressar sua dor de mãe. No entanto, mesmo após tanto tempo e muitas lutas em busca do direito de se tornarem mulheres, ainda vivemos sob o questionamento do "ser mulher". Apesar das conquistas, ainda subsiste uma visão subjetiva em relação à mulher branca, que já tem certos direitos assegurados, enquanto a mulher negra é cada vez mais marginalizada na sociedade.

Com o surgimento do feminismo hegemônico, surgiu a falsa ideia de uma homogeneidade entre as mulheres, especialmente com a noção de que todas estariam incluídas dentro desse movimento. No entanto, as mulheres negras foram excluídas, demonstrando que a busca por direitos pelo feminismo hegemônico foi relevante

apenas para um determinado grupo de mulheres. Isso gerou uma crença equivocada de que todas as mulheres são iguais e que o movimento feminista deve se basear apenas no gênero, sem considerar raça, cor, classe social e as diferentes nuances do "ser mulher".

Assim, esse movimento do feminismo branco e ocidental serviu para promover o dilema da universalização do termo mulher, universalização essa que exclui as mulheres negras e periféricas, ou as inclui em uma zona de subalternização e negação de si mesmas. Dessa maneira, destacamos a ideia de que devemos fazer uma lutar em busca da emancipação para todas e todos, o feminismo negro procura evidenciar de que forma a nossa sociedade é hierarquizada, pois é impossível pensar o "ser mulher", sem levar inconsideração sua raça, sua cor, sua classe social, sua opção sexual e a sua identidade de gênero.

Tendo isso em mente, quando se fala em aumento salarial, em redução da jornada de trabalho para mulheres, devesse falar de mulheres negras. Pois, as mulheres brancas, com a universalização do termo mulher, taxaram-se de modo comum um pensar em que todas as mulheres possuem os mesmos privilégios, as mesmas oportunidades, mas isso não acontece, na maioria das vezes o direito de escolha e de decidir sobre o seu próprio corpo é um privilégio das mulheres brancas.

Uma das pautas do feminismo negro na luta para assegurar os direitos das mulheres negras, é o direito de existir com dignidade social, fazendo assim com que ao nomeamos as violências sofridas por mulheres negras possamos buscar soluções mais efetivas. Questionamos os trabalhos, pois muitos ainda são análogos a escravidão e, nessa perspectiva, exigimos uma existência mais digna, por isso se faz necessário a denúncia e a nomeação as opressões para que seja possível lutarmos pela criação de políticas públicas que envolvam efetivamente as pessoas e mulheres negras.

Com Monzi e Coroa do Anjos – em *O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil* (2021), podemos compreender como a atuação da mulher negra foi e é importante para construção do Brasil, a priori, à própria sustentação da

sociedade brasileira. O que só foi possível por meio das forças de trabalho das mulheres negras, o que se configura como o elemento fundamental que ainda se mantem vigente na sociedade. Nas palavras das autoras, vemos que:

> A atuação da mulher negra como força de trabalho, no campo e na cidade, nos espaços públicos e privados, foi elemento fundamental na construção do Brasil e continua sustentando a base (re)produtiva da sociedade brasileira atual. Em uma sociedade capitalista, heteronormativa, pós-escravocrata e patriarcal, a mulher negra permanece subalternizada pela dupla opressão da raça e do gênero que se configura inevitavelmente em uma diferenciação de classe. Sem falar das mulheres negras que sofrem com outras formas de discriminação relacionadas à orientação sexual, deficiências físicas, crenças religiosas, idade, entre outros marcadores de diferenciação social. (MONZI; COROA DOS ANJOS, 2021, p. 5).

Portanto, vivemos em uma sociedade que prioriza o patriarcado, é heteronormativa, alocada na lógica capitalista e mal resolvida com o seu passado escravocrata, o que situa a mulher negra em um lugar de subalternização em consequência da dupla opressão de gênero e raça que se evidência principalmente nas diferenças de classes social e que invisibiliza a atuação e favorece para um cenário de violência e feminicídio.

O silenciamento das mulheres negras

O Racismo não é está em pauta no debate do feminismo hegemônico, o leva a uma invisibilidade de mulheres negras que já escreviam sobre a mulher negra como categoria política. Pois, conforme podemos observar:

> Julgo muito interessante quando a poeta diz "é melhor vocês reformarem a si mesmas em primeiro lugar", porque essa estrofe aponta para uma possível cegueira dessas mulheres em relação às mulheres negras no que diz respeito à perpetuação do racismo e como naquele momento esse fato não era considerado relevante como pauta feminista por elas. Interessava, ali, a conquista de direitos para um grupo específico de mulheres, o que se perpetuou durante muito tempo, mesmo quando mulheres negras começaram a escrever sobre a invisibilidade da mulher negra como categoria política e a denunciar esse apagamento. (RIBEIRO, 2017. p. 29).

Vale ressaltar que o apagamento do protagonismo das mulheres negras, nas lutas antirracistas, bem como a sua produção intelectual, serviu para desumanizar e

perpetuar o ciclo de violências contra elas. Esse apagamento também forjou os padrões de beleza à serem seguidos, essas normalizações criaram os seguintes estereótipos: a preta barraqueira, a preta quente na cama, a preta forte, a preta que serve, a preta guerreira, entre outros.

Visto isso, as violências sofridas por mulheres negras, principalmente em seus relacionamentos estão diretamente ligadas a esses estereótipos, pois através deles criaram-se mecanismos de poder para o não pertencimento das mulheres negras ao todo social, o que pode ser evidenciado claramente nas vivencias contadas por mulheres e demonstradas brilhantemente pela escritora Conceição Evaristo. Conforme podemos constatar na citação a seguir:

> Estava eu amamentando o meu filho — me disse Aramides enfatizando o sentido da frase, ao pronunciar pausadamente cada palavra —, quando o pai de Emildes chegou. De chofre arrancou o menino de meus braços, colocando-o no bercinho sem nenhum cuidado. Só faltou arremessar a criança. Tive a impressão de que tinha sido esse o desejo dele. No mesmo instante, eu já estava de pé, agarrando-o pelas costas e gritando desamparadamente. Ninguém por perto para socorrer o meu filho e a mim. Numa sucessão de gestos violentos, ele me jogou sobre nossa cama, rasgando minhas roupas e tocando violentamente com a boca um dos meus seios que já estava descoberto, no ato de amamentação de meu filho. E, dessa forma, o pai de Emildes me violentou. E, em mim, o que ainda doía um pouco pela passagem de meu filho, de dor aprofundada sofri, sentindo o sangue jorrar. Do outro seio, o que ele não havia tocado, pois defensivamente eu conseguira cobrir com parte do lençol, eu sentia o leite irromper. Nunca a boca de um homem, como todo o seu corpo, me causara tanta dor e tanto asco, até então.(EVARISTO, 2016. p.9)

Esse tipo de posse, que foi evidenciada pela autora acima, demostra de forma implícita a articulação do biopoder, em relação ao dispositivo de racialidade e de como ele se apresenta nas relações com outro feminino, denunciando assim a dominação sobre os corpos de mulheres negras.

A desumanização do povo negro feminino, a hierarquização das raças que se deu no uso do racismo como uma ferramenta do biopoder, afetou de forma direta o âmbito das relações das mulheres negras, as colocando como subalternas em seus relacionamentos conjugais, familiares, religiosos etc. Isso tudo deriva do padrão

branco posto como universal que instaurou a desumanização das pessoas negras, sobretudo da mulher negra.

Assim, o estigma social que dita sobre a mulher negra, não serve para relacionamentos e muito menos para o amor, serve apenas para o sexo, ou para ser "ama de leite do homem branco". Sobre esse ponto, é fundamental compreender o movimento a seguir:

> Afirmava que eu deveria gostar muito e muito de homem, apenas não sabia. Se eu ficasse com ele, qualquer dúvida que eu pudesse ter sobre o sexo entre um homem e uma mulher acabaria, ele iria me ensinar, me despertar, me fazer mulher, e afirmava, com veemência, que tinha certeza de meu fogo, pois afinal, eu era uma mulher negra, uma mulher negra... Eu não sabia o que responder para ele. (EVARISTO, 2016, p. 34).

Como foi mostrado, instaura a uma crença que toda mulher negra gosta de sexo e que são quentes, assim como devem gostar e se submeter ao masculino, isso se apresenta como o grande estigma social brasileira, pois há o estabelecimento sempre presente da mulher negra ao "corpo da cor do pecado". Essa ligação se dá através de um resquício da colonização que atrelava o fato de ser negro ao pecado, e que a escravidão seria um castigo de Deus. E, nessa perspectiva, evidencia-se que:'

> Ele e mais cinco homens, todos desconhecidos. Não bebo. Um guaraná me foi oferecido. Aceitei. Bastou. Cinco homens deflorando a inexperiência e a solidão de meu corpo. Diziam, entre eles, que estavam me ensinando a.ser mulher. Tenho vergonha e nojo do momento. Nunca contei para ninguém o acontecido. Só agora, depois de trinta e cinco anos, neste exato momento, me esforço por falar em voz alta o que me aconteceu. Os mais humilhantes detalhes morrem na minha garganta, mas nunca nas minhas lembranças. Nunca mais voltei ao trabalho. Hoje eu reagiria de outra forma, tenho certeza, mas na época, fui tomada por um sentimento de vergonha e impotência. Sentia-me como o símbolo dá insignificância. Quem eu era? Quem era eu? Depois, apareceu a gravidez, uma possibilidade, na qual eu nunca pensara, nem como desejo, e jamais como um risco. Tal era o estado de alheamento em que eu me encontrava, que só fui me perceber grávida sete meses depois, quase com a criança nascendo. Nem a falta do sangramento mensal, nem a modificação do meu corpo e muito menos a movimentação do bebê...Walquíria se fez sozinha em mim. Pai sempre foi um nome impronunciável para ela. Dentre cinco homens, de quem seria a paternidade construída sob o signo da violência? Não sei, não sei. (EVARISTO, 2016. p.9).

Assim, a violência sexual, recorrente com as mulheres negras, está diretamente ligada à sua sexualização. Desse modo, temos como uma das pautas do feminismo negro, evidenciada pela filósofa Djamila Ribeiro, mostrar como essa sexualização está atrelada a sua invisibilidade, pois é fato vigente a ação do mecanismo de poder que silencia as mulheres negras.

Portanto, se faz necessário promover esse debate, numa tentativa de proporcionar um diálogo eficaz sobre o pertencimento dos corpos de mulheres negras como esbulho, isto é, como apropriação masculina ilegal e inapropriada do corpo negro feminino. Assim, o dispositivo de racialidade está atrelado ao colonialismo, essa função do dispositivo serve como ferramenta para determinar o que é correto ou não, determinar também quais saberes são legítimos, isso acaba por deslegitimar saberes oriundos de povos que foram colonizados e que tiveram sua cultura e fazeres apagados historicamente pelo colonizador, todavia se faz necessário discutir as várias formas de conhecimento e a suas heranças epistêmicas.

Considerações finais

Nesse trabalho, evidenciamos a obra *Lugar de fala* da filósofa Djamila Ribeiro, destacamos a necessidade de trazer para o debate a pluralidade dos feminismos, pois não há uma homogeneidade no feminismo negro. Nosso intuito foi abarcar a diversidade do conceito de mulher, algo primordial em prol de um movimento diversificado e que reivindica as produções intelectuais de grupos historicamente marginalizados.

Ribeiro rompe com a ideia de que o feminismo negro trás cisões ou separações, quando é justamente o contrário, por isso se explicitar por conceitos. Esses conceitos são importantes, pois ao passo que o ativismo busca galgar novos marcos civilizatórios e novos projetos na prática social, o conceito expõe o lugar de fala das estudantes e intelectuais negras brasileiras que buscam seu lugar na academia.

As mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e intelectuais, produzir discursos contra hegemônicos, como crítica ao feminismo hegemônico que excluía as mulheres negras, mesmo quando essas intelectuais já produziam saberes e denunciavam essa exclusão no Brasil.

O feminismo hegemônico via uma necessidade de apenas reproduzir o feminismo europeu, deixando mulheres negras e indígenas fora dessa prática. Assim, muitas feministas, observou o feminismo negro como uma forma de luta contra as desigualdades estruturais e institucionais, se tornando uma ferramenta contra o capitalismo patriarcal e na buscar por novas formas de ser mulher negra e brasileira.

Ribeiro demonstra uma preocupação com o esvaziamento do conceito lugar de fala, embora não haja uma epistemologia determinada desse termo. Assim, devemos entender que ao longo da história ele foi sofrendo modificações de acordo com os movimentos sociais, de maneira que seja possível pensar um território sob diferentes perspectivas e reivindicar os diferentes pontos.

Buscamos uma ligação entre o pensamento da filósofa Djamila Ribeiro e o livro de relatos *insubmissas lagrimas de mulheres* da escritora Conceição Evaristo, para mostrar a importância do feminismo negro para a reinvindicação da existência de mulheres negras e sua ocupação nos espaços de poder

Portanto, para que seja possível causar uma ruptura no sistema que silencia as mulheres negras, se faz necessário o feminismo negro e reflexões desse cunho, pois através desses movimentos conseguimos enxergar de que forma o racismo e a misoginia agem como um mecanismo do biopoder.

* * *

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **Segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A, 2023.

EVARISTO, C. **Insubmissas lagrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê editora, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do pod*er***. São Paulo: Graal, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONZI, M.; COROA DOS ANJOS, M. O Corpo, A Casa e A Cidade: Territorialidades de Mulheres Negras no Brasil. **Revista Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg**, nº 23, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202132pt. Acesso em 26 de setembro de 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de falar.** São Paulo: Pólen, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Recebido 26/09/2023

Aprovado

Licença CC BY-NC 4.0